

Ata da **18º Plenária Estadual do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus-PR**, iniciada às 09:00 horas do dia 11 de Abril de 2015, no **Hotel Internacional, localizado na Rua Pioneiro Dirceu Palma, 161, Parque Industrial Bandeirantes, Maringá-PR**. A Plenária ocorreu durante todo o dia 11 e se encerrou no dia 12 pela manhã com a realização da Assembleia Extraordinária. O tema foi “Em defesa dos Direitos e por melhores condições de trabalho”. **No sábado (11)**, O primeiro dia da 18ª Plenária começou com uma homenagem aos companheiros de luta Ademir Aparecida Pinto “Cida” e Jorge Modesto, falecidos nos últimos 15 dias. Logo após, ocorreu a leitura do Regimento Interno da Plenária, conduzida pelo coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira e a secretária-geral, Daieniffer Cherini Lopes, em votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi feita a saudação de boas vindas aos servidores. O coordenador geral passou o comando da mesa do evento a diretora Andrea Ferreira, a qual fez sua saudação a plenária e chamou o primeiro painalista, Professor Giovanni Alves, PHD pela Universidade de Coimbra, Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, livre-docente em sociologia e professor da Unesp – Marília, o tema abordado pelo palestrante foi “Trabalho, Crise do Neodesenvolvimentismo e Sindicalismo Público – desafios e possibilidades. Para o doutor, nesse momento de crise do neodesenvolvimentismo, torna-se mais clara a necessidade crucial da Reforma Política como patamar da nova institucionalidade democrática capaz de traduzir politicamente as demandas sociais e a luta de classes. “O governo encontra-se refém do Estado Neoliberal que ele próprio preservou como estratégia de governabilidade. Diante do esgotamento, é preciso conduzir novos avanços sociais, colocar no horizonte as reformas sociais que, para serem efetivadas, pressupõem a Reforma Política com uma estratégica global, uma reforma mais transparente, resgatando a representação política do povo brasileiro”, enfatizou. Giovanni finalizou sua apresentação dizendo que é necessário mudar. A saída é um salto de qualidade na organização sindical e popular e na capacidade de luta política e ideológica, disputando a hegemonia social numa nova frente política e social de esquerda visando ao aprofundamento da democracia. Enfim, é importante continuar avançando apesar das dificuldades da nova conjuntura de ofensiva. Ainda pela manhã, aconteceu o segundo painel: “Orçamento do Tribunal de Justiça – desafios para conquista da nossa pauta” com o economista Cid Cordeiro. O orçamento do Tribunal de Justiça tem previsão legal na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e está diretamente relacionado com a Receita. Mas se a receita do Estado está tão bem, o que explica a crise no governo? Segundo Cid, o governo procura desesperadamente corrigir o rombo que produziu nas

contas públicas do Paraná, esse desastre foi construído ao longo de quatro anos de má gestão orçamentária, fiscal e financeira, levando o estado quase à falência, e vivendo um apagão fiscal também – aumento do IPVA, arrecadação extra para os próximos anos. E por causa dessa crise, ele está querendo passar a conta para o sistema previdenciário. “É preciso melhorar a discussão dos gastos do TJ, porque ele vem criando gastos fixos, como o pagamento retroativo do auxílio moradia aos juízes, sem previsão para o futuro. Toda essa despesa nova tem que ser sustentável”, conclui Cid. O debate teve grande participação dos servidores com vários questionamentos, inclusive a preocupação que a redução do orçamento do TJ proposta pelo Governo afete ainda mais as condições de trabalho que já estão precarizadas. No período da tarde, o palestrante Giovanni Alves discutiu com os presentes a respeito das Condições de Trabalho – Estrutura Funcional – Força de Trabalho. Para o doutor, a precarização estrutural do trabalho expressa uma nova morfologia laboral, na temporalidade histórica da crise estrutural do capital. Ele salienta que a nova forma de precarização ampliada do trabalho, nos marcos da “maquinofatura”, perpassa experiências de diferentes segmentos dos trabalhadores em tempo de capitalismo global. “A crise estrutural de valorização e a vigência da “maquinofatura” como nova forma de produção do capital, a precarização do trabalho põe-se não apenas como precarização salarial, mas precarização existencial, alterando os registros históricos da questão social”, explica. Giovanni finalizou dizendo que o Sindicato e os locais de trabalho devem ser modernizados, reestruturados, para expor a intensa transfiguração do trabalhador coletivo do capital. **No segundo dia**, da 18ª Plenária Estadual, domingo (12), começou com a análise das propostas da Pauta de Reivindicações, Planos de Luta e Ação Sindical de 2015, amplamente debatidos pelos participantes, a fim de preparar a categoria para a defesa da manutenção e da ampliação dos direitos dos servidores. Os planos aprovados contemplam a defesa da pauta de reivindicações como forma de implementar a política sindical com destaque ao orçamento do TJ, à democratização da gestão e às condições de trabalho. O Plano de Lutas defende várias questões da pauta de reivindicações da categoria. Os planos e pauta de reivindicações aprovados por unanimidade seguem descritos. PLANO DE LUTAS: 1. Plano de carreira - Continua em pauta, reiniciar a discussão com o TJ. Conquista da ISONOMIA; 2. URV das pensionistas - Continua em pauta, TJ não aceita responsabilidade, ajuizamos ação; 3. Reajustes atrasados dos aposentados do foro Extrajudicial - Já conquistado, restam os atrasados, continua em pauta, ajuizamos ação; 4. Adicional de qualificação - Objeto constante de cobrança; 5. Extensão da VPNI ao 1º Grau, incorporação da VPNI - ISONOMIA; 6. Contratação de servidores, priorizando, com

critérios objetivos, as Comarcas que mais necessitam; 7. Oficiais de Justiça - Fim das custas e estabelecimento de forma de compensação; 8. Estabilidade para os técnicos cumpridores de mandados; 9. Regulamentação das reloções e remoções; 10. Melhores condições aos técnicos em informática; - Agendar reunião com interessados para dar encaminhamento; 11. Risco de vida aos motoristas do SAIJ - Ação judicial já proposta aguardando julgamento de recurso - verificar risco de vida para outras funções; 12. Atrasados da gratificação de chefia e supervisão - depende de lei; 13. Melhoria salarial aos analistas judiciários; 14. Aposentadoria especial, cumprimento do mandado de injunção; 15. Implantação do Auxílio creche; 16. Reposição da inflação de 1998 até 2003; 17. Continuidade da campanha contra assédio moral; 18. Contratação de oficiais de justiça (técnicos cumpridores), com prioridade aos casos mais críticos; 19. Maior direcionamento de recursos materiais e humanos para o primeiro grau de jurisdição (através de concurso público, não a terceirização) participação no ato do dia 15 - PAUTA NACIONAL; ver encaminhamentos. 20. Aprovação da PEC 59 no Senado (Fenajud) - Estatuto único; 21. Aprovação da PEC 555 (isenção do desconto de 11% aos aposentados e pensionistas); 22. Disponibilização e manutenção de veículos, com motoristas para Comarcas onde há maior necessidade e para as equipes do SAIJ, abertura de concurso para profissionais da área psicossocial, inclusive pedagogos; 23. Reivindicação para que o Sindijus-PR tenha acesso às reuniões de Planejamento Orçamentário do TJPR - se preciso reivindicar esse direito perante o CNJ; 24. Reivindicação de realização de mais cursos de capacitação, inclusive presenciais, através da Escola de Servidores. Buscar um plano de formação continuada elaborado com a participação dos servidores - ESEJE - conhecer o Relatório de Planejamento Estratégico do TJ-PR; 25. Auxílio-alimentação aos aposentados, incluindo os do foro extrajudicial; 26. Abertura de novos concursos públicos; 27. Defender a Previdência, com posicionamento contrário ao projeto do Governo do Estado - com a participação e apoio aos encaminhamentos do FES; 28. Defender junto a demais entidades a reestruturação do SAS, Propor ação judicial para garantir o atendimento de aposentados e pensionistas pelo SAS; 29. Defender, apoiar e participar com movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, Fórum dos Servidores Públicos do Estado, na defesa de pautas sociais amplas, como o fortalecimento da saúde e educação públicas, reforma política, democratização das comunicações, reforma tributária, reforma agrária, revisão de tarifas públicas, entre outras com importância estrutural para a sociedade; 30. Defender maior humanização, democracia e transparência no serviço prestado pelo Poder Judiciário à população, especialmente os setores mais carentes de direito; 31. Lutar para eleições diretas da

cúpula do TJ com participação dos servidores; 32. Lutar pelo retorno da integralidade da paridade dos aposentados; 33. Encaminhar coletivo para estabelecer o controle social das ações do TJ-PR; 34. Encaminhar ações relativas a saúde do trabalhador do TJ-PR; 35. Posicionar-se frontalmente contra a redução da maioria penal, PEC 352, PL 4330 e Meta 3; 36. Cobrar a transparência e responsabilização do Governo do Estado com relação a crise econômica. PLANO DE AÇÃO SINDICAL: a. Isonomia: Manter a luta até a conquista, realizar encontros regionais para discussão com a categoria com reunião dia 24/04 às 10h - Sindijus-PR, caso não aconteça agendamento de audiência com a Presidência do TJ, no dia 24/04 haverá um Ato estadual com concentração em Curitiba, com a inclusão da pauta do SAS; b. Lançamento da campanha por melhores condições de trabalho: SEM CONDIÇÕES EU NÃO TRABALHO, com ações relativas as demandas da Meta 3 e maior discussão e detalhamento do Orçamento do TJ; c. Preparar materiais, faixas, cartazes, camisetas etc, carro de som, palhaços, dançarinos para a realização de atos para lançamento da campanha; d. Indicar às comarcas para a realização de ato em reuniões regionais, distribuir materiais; e. Expor para a população os pontos defendidos pelo Sindicato, entrando em contato com a imprensa; f. Realizar encontro de aposentados, analistas, técnicos, Auxiliares Judiciários, pensionistas, Oficiais de Justiça, Equipes Técnicas no 2º semestre; g. Levantar dificuldades de estrutura e pessoal das comarcas durante visitas e fazer comunicação posterior ao TJ; h. Implantar o Programa de Organização por Local de Trabalho (OLT); i. Dinamizar a comunicação da Entidade, com novas ferramentas, estabelecendo meios de comunicação direta com os Representantes de Base e melhorar a divulgação das informações aos servidores; j. Retomada na campanha de filiação ao Sindijus-PR, traçando uma meta de 4000 filiados; k. Implantar o programa de Formação Sindical, priorizando os novos nomeados; l. Mobilizar a categoria para a votação da LDO - junho; m. Atuar em conjunto com movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, fórum de servidores públicos, em pautas de interesse geral da sociedade; n. Atuar em defesa dos direitos da mulher, organizar Secretaria na mulher no conselho executivo; o. Fortalecer vínculos com deputados estaduais, buscar outros deputados, especialmente aqueles mais próximos das lutas dos trabalhadores e contato com a OAB; p. Intensificar as ações entre Sindijus-PR e Assojepar para encaminhar questões dos oficiais de justiça e cumpridores de mandado; q. Promover maior debate a respeito da Central de Mandados; r. Aprimorar as estruturas da Entidade: Chácara, Hotel e Sede; s. Criação de Coletivo para desenvolvimento de projeto em relação a edificação de acomodações no terreno de Porto Rico; t. Viabilizar recursos para a edificação de sede em Porto Rico, bem como manter a estrutura das sedes do

litoral, campestre e administrativa, com possível estabelecimento do Imposto Sindical para essa finalidade; u. Compor Comissão para trabalhar a reforma do Estatuto do Sindijus-PR; v. Promover discussão e encaminhamento para filiação da Entidade a uma central sindical. w. Nova comissão de discussão da Meta 3 com o TJ, buscando a reformulação do decreto 2310; x. Organizar a confecção de materiais sempre que houver reuniões e assembleias; y. Realizar ainda neste semestre o Seminário sobre a saúde do trabalhador do judiciário. PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA: 1 - ISONOMIA – Unificação dos quadros do 1º e 2º Graus, com tabela única; 2 - Garantia da data base com reposição integral da inflação, acrescida do que foi previsto no orçamento deste ano, 2,75% a 4% para o nível médio do 1º. Grau; 8% para o nível superior do primeiro grau, incluindo escrivães, secretários dos juizados especiais e contadores judiciais; 3 - Regulamentação das reloações – publicação de edital – concessão das reloações para acompanhamento do cônjuge (CF); 4 - Abertura de edital com vagas disponíveis para reloação antes de abertura de novo concurso; 5 - Abertura de reloação quando da aposentadoria de escrivães e secretários dos juizados, antes da estatização das serventias; 6 - Estabelecimento de GAJEES - Gratificação de Atividade Judiciária Exclusiva Aos Escrivães e Secretários de Juizados - para escrivães e secretários dos juizados, no mesmo valor da concedida aos analistas; 7 - Enquadramento dos escrivães das varas de família na tabela dos escrivães criminais e das Varas de Família, inclusive com possível gratificação de chefia; 8 - Estabelecer mais uma supervisão para as comarcas de juízo único, com acúmulo de secretarias (juizados, infância, fazenda etc); 9 - Revisão imediata do decreto 2310 da Meta 3, com a participação do Sindijus, relativo a distribuição da força de trabalho; servidores por unidade judiciária, Oficiais e Técnicos cumpridores por unidade, conforme CODJ; motivação para cancelamento da designação dos cumpridores de mandados; Fim da jornada híbrida para os Técnicos cumpridores de mandados; Equipe multidisciplinar, com participação do Fórum; Abertura de concurso; Não a criação de regionais; 10 - Requerer representante de uma servidora do primeiro grau, Técnicas (equipe do SAIJ) no Consije; 11 - Participação do Sindijus-PR na comissão para rediscutir o procedimento disciplinar dos servidores, parte da ISONOMIA; 12 - Participação do Sindijus-PR na discussão Orçamentária do TJ, tal como determina o CNJ; 13 - Participação do Sindijus-PR na discussão da Central de Mandados – Fim das custas dos Oficiais de Justiça; 14 - Cumprimento da determinação da Corregedoria com relação ao Projudi (Oficiais e Técnicos) apenas quando existir estrutura para tanto, bem como pessoal suficiente; 15 - Revogação do art. 5º do decreto 1752 (antecipação das custas para cumprimento dos mandados), com participação do Sindijus-PR no Funjus; 16 -

Defesa do SAS – atendimento para aposentados e pensionistas – exigir do tribunal uma solução imediata – mobilizar; 17 - Auxílio alimentação para os aposentados, inclusive foro extrajudicial – já tem pedido; 18 - Auxílio creche; 19 - Pagamento administrativo das licenças não gozadas; 20 - Redução da reserva de férias para os servidores para 30 dias (60 dias só para magistrados que tem duas férias por ano); 21 - Abertura de concurso para assistentes sociais, pedagogos e psicólogos para compor as equipes multidisciplinares; 22 - Inclusão das Técnicas do SAIJ na tabela de servidores de nível superior do 2º Grau; 23 - Abertura de concurso para nível médio e superior para o primeiro grau; 24 - Designação de Técnicos (judiciários ou de secretaria) para cumprimento de mandados; 25 – Lutar pelo Adicional de Qualificação; 26 – Lutar contra a terceirização no serviço público; 27 – Lutar pela gratificação de gabinete; 28 – Lutar pelo Auxílio Alimentação retroativo; 29 – Lutar por concurso específico para Técnico Oficial de Justiça ou Técnico Cumpridor de Mandados; 30 – Lutar por Auxílio Saúde para aposentados que recebem pela Previdência; 31 – Lutar pela criação de 02 (duas) Varas de Fazenda em Maringá; 32 – Regulamentar as atribuições dos estagiários; 33 - Buscar junto ao TJ-PR a criação de mutirões para digitalização de processos e a devida estrutura para tanto. 34 - Lutar pelo pagamento do Plantão Judiciário, retroativo a instituição da Lei; 35 - Lutar pelo cumprimento da legislação das horas-extras. 36 - Lutar pela abertura de Concurso Público para os cargos de Técnico - Motorista. Para encerrar as atividades da Plenária, o advogado do Sindijus-PR Ludimar Rafanhim falou sobre os andamentos das ações judiciais. Discorreu ainda sobre a dinâmica atual dos processos administrativos, havendo oportunidade de todos se inteirarem a respeito. Na Plenária, os presentes referendaram a necessidade da modernização no Judiciário, além de defender a democratização e a reforma política. Por fim, houve a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou uma série de moções importantes que serão trabalhadas neste ano para garantir os direitos dos servidores, como a pauta extensa de reivindicações, Plano de Lutas e Plano de Ação Sindical, tendo em vista, as recentes manifestações que perpassaram o país. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a 18ª. Plenária Estadual dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, eu, Daieniffer Cherini Lopes, _____, Secretária Geral lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada juntamente com o Coordenador Geral José Roberto Pereira, _____.